

ÍNDICE

Prefácio	07
Introdução.....	09
1. Controle de Constitucionalidade	11
1.1. Constituição: significado, supremacia e necessidade de controle.....	11
1.1.1. Significado da Constituição	11
1.1.2. Supremacia e rigidez da Constituição	14
1.1.3. Necessidade do controle de constitucionalidade.....	19
1.2. Natureza do órgão de controle: político ou judicial.....	21
1.2.1. Controle político – modelo francês	21
1.2.2. Controle político – Carl Schmitt	23
1.2.3. Controle judicial	25
1.2.4. Brasil: controle jurisdicional	28
1.3. Controle difuso	31
1.4. Controle concentrado	35
1.5. Aproximação entre os controles difuso e concentrado	39
1.6. Controle de constitucionalidade no Brasil: sistema misto	43
1.6.1. Controle difuso no Brasil	44
1.6.2. Controle concentrado no Brasil.....	46
1.7. Decisões e técnicas no controle de constitucionalidade.....	52
1.7.1. Considerações iniciais.....	52
1.7.2. Declaração de nulidade	54
1.7.3. Interpretação conforme à Constituição.....	56
1.7.4. Declaração de constitucionalidade e “lei ainda constitucional”	57
1.7.5. Decisão de inconstitucionalidade com limitação de efeitos	58
1.7.6. Decisões aditivas.....	60
1.7.7. Técnicas de decisão no Direito Comparado.....	63
1.8. Efeitos das decisões	66
1.8.1. Controle difuso	66
1.8.2. Controle concentrado	67
1.8.2.1. Eficácia <i>ex tunc</i> e eficácia <i>ex nunc</i>	68

1.8.2.2. Eficácia <i>erga omnes</i>	69
1.8.2.3. Efeito vinculante	70
1.8.2.4. Eficácia <i>erga omnes</i> e efeito vinculante nas cautelares	72
1.8.2.5. Efeito repristinatório	72
2. Limitação dos Efeitos da Decisão de Inconstitucionalidade	75
2.1. Teoria da nulidade da lei inconstitucional	77
2.2. Atenuações à nulidade da lei inconstitucional	84
2.3. Direito Comparado: eficácia <i>ex tunc</i> e <i>ex nunc</i>	88
2.4. Valor jurídico do ato inconstitucional	94
2.4.1. Considerações sobre a unidade, hierarquia e sistematicidade do ordenamento jurídico	94
2.4.2. Distinção entre os planos da existência (pertinência) e validade	99
2.4.3. Lei inconstitucional – nulidade ou anulabilidade	101
2.5. Natureza jurídica da decisão de inconstitucionalidade	114
2.6. Controle concentrado de constitucionalidade no Brasil configuração atual	116
2.7. Efeitos futuros no controle concentrado	132
2.8. Eficácia <i>ex nunc</i> no controle difuso	139
2.9. Convivência entre o controle concentrado e o controle difuso	144
2.10. Constitucionalidade do artigo 27 da Lei 9.868/99	146
3. A Decisão de Inconstitucionalidade em Matéria Tributária:	
Repercussão para os contribuintes	161
3.1. Decisão de inconstitucionalidade em matéria tributária: possibilidade de limitação <i>ex nunc</i> dos efeitos da decisão	163
3.2. Efeitos futuros à decisão de inconstitucionalidade em Direito Tributário	174
3.3. Inconstitucionalidade da norma impositiva tributária com eficácia <i>ex tunc</i>	176
3.3.1. Eficácia <i>ex tunc</i> favorável aos contribuintes	177
3.3.2. Eficácia <i>ex tunc</i> contra os contribuintes	178
3.4. Inconstitucionalidade da norma impositiva tributária com eficácia <i>ex nunc</i> e repetição de indébito	183
3.5. Convivência entre o controle concentrado e o controle difuso	186
Conclusão	191
Referências Bibliográficas	199